



**CÂMARA
MUNICIPAL DE
SIMÕES FILHO**

A CIDADE PASSA POR AQUI



**CASA LEGISLATIVA
BIÊNIO 2025-2026**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

VIGILÂNCIA DESARMADA E GUARDA DE BENS PATRIMONIAIS

1. INTRODUÇÃO:

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento que caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Dessa forma em atendimento ao § 1º do Artigo 18 da Lei 14.133/2021: O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo	1921/2026
Órgão gerenciador	Câmara Municipal de Simões Filho
Fundamentação Legal	Lei Federal 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Simões Filho possui fluxo médio mensal estimado de aproximadamente 3.000 pessoas, entre servidores, vereadores, prestadores de serviços e cidadãos que participam das sessões legislativas e audiências públicas. A edificação abriga bens patrimoniais relevantes, como equipamentos de informática, sistemas administrativos, documentos oficiais e mobiliário institucional, cuja preservação é indispensável ao regular funcionamento das atividades legislativas.

Atualmente, não há no quadro de pessoal equipe especializada para execução de serviços de vigilância patrimonial, o que impede a realização direta da atividade pela Administração. Tal lacuna expõe o patrimônio público e as pessoas que frequentam a Casa Legislativa a riscos como furtos, depredações, acessos indevidos e situações que possam comprometer a integridade física dos usuários.

Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância desarmada e ronda patrimonial mostra-se necessária para garantir ambiente institucional seguro, assegurar a proteção do erário e viabilizar a continuidade das atividades parlamentares, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Não houve a publicação, em imprensa oficial, do Plano Anual de Contratações deste Município para o exercício de 2026, porém a contratação se justifica em razão da natureza do serviço continuado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Técnicos

- ✓ Empresa autorizada a exercer atividade de vigilância;
- ✓ Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- ✓ Vigilantes com curso de formação e reciclagem atualizada;
- ✓ Supervisão periódica dos postos;
- ✓ Substituição imediata em caso de ausência.

Operacionais

- ✓ Postos fixos diurnos e noturnos;
- ✓ Rondas periódicas internas e externas;
- ✓ Controle de acesso;
- ✓ Registro de ocorrências;
- ✓ Comunicação imediata à Administração;
- ✓ Fornecimento de uniformes e equipamentos.

Sustentabilidade

- ✓ Uniformes duráveis;
- ✓ Destinação adequada de resíduos;
- ✓ Uso racional de energia elétrica.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição dos quantitativos considerou:

- ✓ Estrutura física do prédio;
- ✓ Fluxo médio mensal de 3.000 pessoas;
- ✓ Necessidade de cobertura contínua;
- ✓ Análise da Diretoria Administrativa.

Exemplo técnico de dimensionamento:

- ✓ 01 posto diurno (12h);
- ✓ 01 posto noturno (12h);
- ✓ Cobertura: 24h por dia.

Memória de cálculo:

- ✓ 2 postos x 30 dias = 60 postos/mês.

Detalhamento consta anexo.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisadas três alternativas:

1. Execução direta (inviável pela inexistência de cargos);
2. Monitoramento eletrônico exclusivo (insuficiente isoladamente);
3. Contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra.

Conclui-se que a alternativa: Contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra, é tecnicamente mais adequada e economicamente viável, sendo modelo consolidado na Administração Pública.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Elaborada com base em:

- ✓ Salário base da categoria;
- ✓ Encargos sociais;
- ✓ Benefícios;
- ✓ Uniformes;
- ✓ Equipamentos;
- ✓ Taxa administrativa.

Pesquisa preliminar será atualizada no TR definitivo.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância desarmada e ronda patrimonial, com dedicação exclusiva de mão de obra, em regime diurno e noturno.

A solução envolve:

- ✓ Postos fixos;
- ✓ Rondas internas e externas;
- ✓ Controle de acesso;
- ✓ Registro formal de ocorrências;
- ✓ Supervisão operacional.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Justifica-se o não parcelamento pela necessidade de:

- ✓ Unidade de comando;
- ✓ Padronização operacional;
- ✓ Economia de escala;
- ✓ Redução de riscos contratuais;
- ✓ Simplificação da fiscalização.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDO

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância desarmada e ronda patrimonial tem como finalidade assegurar a proteção do patrimônio público, a integridade física dos vereadores, servidores, colaboradores e da população que frequenta as dependências da Câmara Municipal de Simões Filho, especialmente considerando o fluxo médio mensal estimado de aproximadamente 3.000 pessoas.

Do ponto de vista da economicidade, a contratação com dedicação exclusiva de mão de obra permite previsibilidade orçamentária, redução de riscos de perdas patrimoniais e mitigação de custos decorrentes de furtos, danos ou depredações. Ademais, evita a criação de cargos permanentes no quadro da Administração, o que representaria maior impacto financeiro a longo prazo, especialmente com encargos previdenciários e trabalhistas.

Sob o aspecto da eficiência administrativa, a solução possibilita melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes, permitindo que os servidores efetivos concentrem-se nas atividades finalísticas e administrativas da Casa Legislativa, enquanto a segurança patrimonial é executada por profissionais especializados. Isso promove maior organização institucional, padronização de procedimentos de controle de acesso e resposta mais ágil a ocorrências.

Quanto à eficácia institucional, espera-se a redução significativa de riscos relacionados a invasões, furtos, depredações e situações que possam comprometer o regular funcionamento das sessões legislativas e demais atividades parlamentares. A presença contínua de vigilância contribui para a manutenção da ordem, para o fortalecimento da imagem institucional e para a garantia de ambiente seguro e adequado ao exercício da função pública.

Dessa forma, a contratação alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade, segurança e proteção do interesse público, assegurando condições adequadas para o pleno desempenho das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Simões Filho.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há necessidade de outras providências para execução do contrato, pois o objeto se enquadra como bens ou serviços comuns.

13. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Relaciona-se com:

- ✓ Serviços de limpeza;
- ✓ Manutenção predial;
- ✓ Eventual CFTV.

Não há interdependência obrigatória.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

Deverá o licitante vencedor adotar práticas de sustentabilidade, conforme orientações do art. 6º da IN nº01/2010 do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Compras Sustentáveis).

Baixo impacto ambiental.

Medidas mitigadoras: uniformes duráveis, descarte adequado e uso racional de recursos.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

- ✓ Redução de riscos;
- ✓ Proteção do patrimônio;
- ✓ Continuidade das atividades legislativas;

- ✓ Melhor aproveitamento de servidores;
- ✓ Previsibilidade orçamentária.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

Apreciando todo o exposto, compreende-se total viabilização na aquisição de Equipamentos de Informática, uma vez que, este atenderá corretamente às necessidades existentes na Câmara de Vereadores de Simões Filho.

17. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Após análise da Procuradoria Jurídica, aprovo o Estudo Técnico Preliminar e determino a Coordenação de Compras e Licitações a realização dos atos necessários à aquisição/contratação do objeto.

18. ANEXOS

Anexo I – Itens analisados neste estudo técnico preliminar.

Anexo II - Mapa de Riscos.

Anexo III – Especificações dos Lotes

18. RESPONSÁVEIS

Eudson Cerqueira da Silva

Diretor Administrativo

Max Luciano Soares da Silva

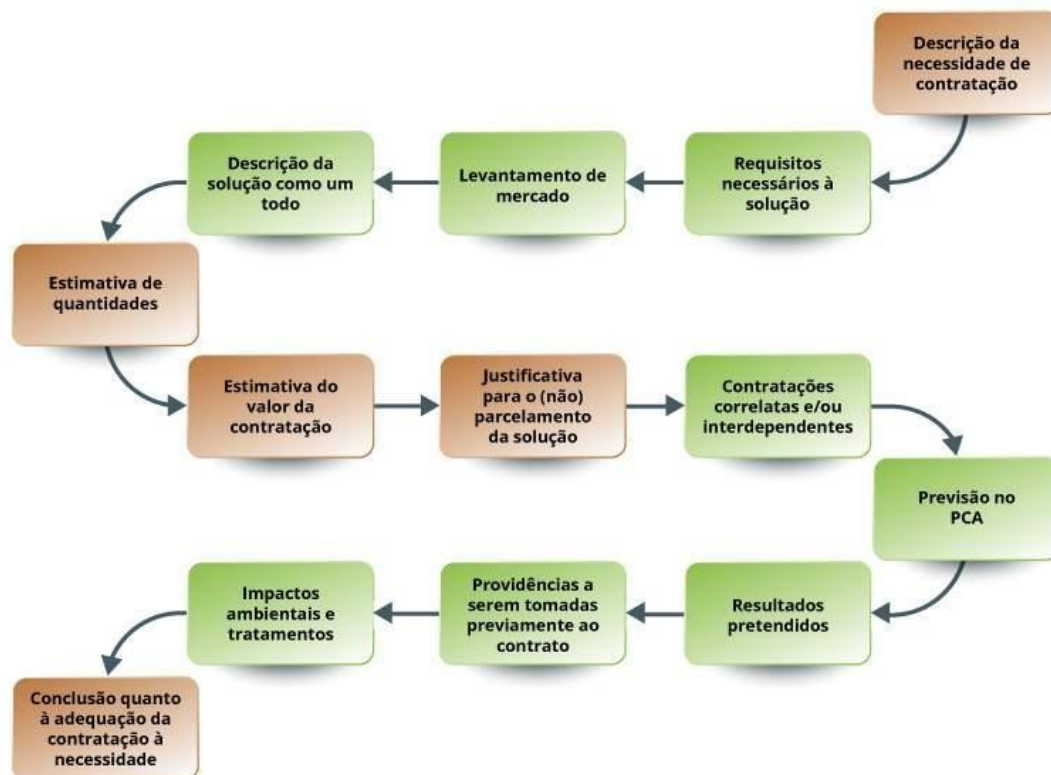
Assessor da Presidência

Everton Fernandes Oliveira dos Santos

Coordenador Administrativo

ANEXO I

ITENS ANALISADOS NESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



SIMÕES FILHO

A CIDADE PASSA POR AQUI

ANEXO II

MAPA DE RISCOS

Em tempo, importa registrar a questão do risco, conforme prevê o art. 18, X, da NLLC nº 14.133/2021, abaixo transcrito:

Art. 18 A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

X - A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Registramos que não vislumbramos riscos significativos que possam comprometer o sucesso da boa execução contratual.

Ainda assim, recomendamos que cada setor avalie os atos praticados, observando-se, dentre outros elementos de mitigação de riscos, a segregação de funções e fiscalização contínua dentro das possibilidades da Câmara, sempre numa margem de segurança.

1. Metodologia Adotada

O presente Mapa de Riscos identifica eventos que podem comprometer:

- ✓ O planejamento da contratação;
- ✓ A seleção do fornecedor;
- ✓ A execução contratual;
- ✓ O alcance dos resultados pretendidos.

Os riscos foram classificados segundo:

Probabilidade: Baixa (B), Média (M), Alta (A)

Impacto: Baixo (B), Médio (M), Alto (A)

Nível do Risco: Resultante qualitativa (Baixo / Moderado / Alto / Crítico)

MATRIZ DE RISCOS

1 Riscos da Fase de Planejamento

Risco	Causa	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
Subdimensionamento dos postos	Estimativa inadequada de fluxo ou áreas	M	A	Alto	Revisão técnica pela Diretoria Administrativa; validação prévia do dimensionamento	Aditivo contratual, se necessário
Superdimensionamento	Excesso de cautela na estimativa	B	M	Moderado	Análise comparativa com contratações similares	Redução contratual dentro dos limites legais
Pesquisa de preços inadequada	Orçamentos desatualizados	M	M	Moderado	Atualização da pesquisa antes da publicação do edital	Revisão do valor estimado

2 Riscos da Fase de Seleção do Fornecedor

Risco	Causa	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
Participação de empresa sem capacidade técnica	Fragilidade na análise de habilitação	B	A	Alto	Exigência de atestados compatíveis; análise rigorosa	Inabilitação e convocação do próximo classificado
Proposta inexequível	Oferta com valor muito abaixo do mercado	M	A	Alto	Exigência de planilha de custos detalhada	Diligência e possível desclassificação
Judicialização da licitação	Questionamentos ao edital	B	M	Moderado	Revisão jurídica prévia	Ajustes e republicação, se necessário

3 Riscos da Execução Contratual

Risco	Causa	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
Ausência de vigilante no posto	Falta ou rotatividade de funcionários	M	A	Alto	Cláusula de substituição imediata	Aplicação de penalidade contratual
Descumprimento de obrigações trabalhistas	Gestão inadequada da contratada	M	A	Alto	Fiscalização mensal documental	Retenção de pagamentos; comunicação aos órgãos competentes
Falhas na execução das rondas	Supervisão deficiente	M	M	Moderado	Relatórios periódicos e fiscalização ativa	Advertência e penalidade
Descontinuidade do contrato	Rescisão ou falência da contratada	B	A	Alto	Análise de qualificação econômico-financeira	Convocação do remanescente

4 Riscos Operacionais e Institucionais

Risco	Causa	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
Ocorrência de furto/dano mesmo com vigilância	Evento imprevisível	B	A	Moderado	Rondas periódicas e controle de acesso	Registro de ocorrência e apuração administrativa
Conduta inadequada de vigilante	Falha comportamental	B	M	Moderado	Treinamento e cláusula de substituição	Solicitação de substituição imediata
Dependência excessiva da contratada	Não parcelamento	B	M	Moderado	Fiscalização contínua	Aplicação de sanções contratuais

Análise Consolidada

A maioria dos riscos concentra-se na fase de execução contratual.

O nível geral da contratação é classificado como RISCO MODERADO, considerado aceitável diante:

- ✓ Da natureza comum do objeto;
- ✓ Da ampla oferta no mercado;
- ✓ Da previsibilidade operacional.

A adoção de fiscalização ativa e análise rigorosa da habilitação reduz significativamente a probabilidade de materialização dos riscos identificados.

Responsáveis pela Gestão de Riscos

- ✓ Gestor do Contrato – acompanhamento global;
- ✓ Fiscal Técnico – verificação da execução diária;
- ✓ Diretoria Administrativa – supervisão estratégica;
- ✓ Assessoria Jurídica – suporte preventivo e corretivo.

Conclusão do Mapa de Risco

A contratação apresenta riscos inerentes típicos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, especialmente relacionados à execução trabalhista e à continuidade operacional. Contudo, mediante planejamento adequado, cláusulas contratuais bem estruturadas e fiscalização efetiva, os riscos são plenamente mitigáveis e não comprometem a viabilidade da contratação.

**CÂMARA
MUNICIPAL DE
SIMÕES FILHO**

A CIDADE PASSA POR AQUI